

# Arquitetura, inclusão e participação social

(novembro/2002)

**Elvis Cesar Bonassa**

Doutor em Filosofia (USP)

Diretor da Kairós Desenvolvimento Social

*Quem construiu Tebas de sete portas?  
Nos livros estão os nomes dos reis.  
Arrastaram eles os blocos de pedra?  
Bertolt Brecht*

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República terá algum impacto sobre a arquitetura e a atividade dos arquitetos? Colocada desta maneira direta, a questão pode soar um pouco estranha. Afinal, parece haver pouca relação imediata entre o ocupante do maior cargo da República e a criação e realização de projetos arquitetônicos. No entanto, não se trata apenas da mudança de comando no país. Estamos diante de um acontecimento com significação mais profunda. Como reconhece o próprio atual presidente, Fernando Henrique Cardoso, a chegada de Lula ao Planalto marca um momento histórico: trata-se de um trabalhador, de esquerda, fora do *establishment*, com um programa de mudanças construído por um partido, o PT, notabilizado até agora por constituir a principal força de oposição. Junto com Lula, chega ao poder a promessa de um novo paradigma de governo, voltado para a superação da fome, da pobreza, das desigualdades sociais. A esmagadora maioria conseguida nas urnas, as manifestações populares e o posicionamento de empresários, mídia, partidos políticos, lideranças sociais, lideranças internacionais, pelo menos nestes primeiros tempos que sucedem a eleição, marcam ainda um grau surpreendente de confiança e mesmo adesão ao novo governo.

Nesse quadro, podemos reformular a pergunta inicial: o momento histórico que permitiu a eleição de Lula, e do qual ele é a expressão mais evidente, não exige mudanças também na arquitetura e na atividade dos arquitetos? Não se trata de pensar uma simples relação de causa e consequência entre a eleição de Lula e a arquitetura, mas refletir sobre o conjunto de forças sociais e políticas, sobre o conjunto de condições sociais e econômicas que levaram Lula ao poder. Esta eleição indica que muita coisa mudou ou está em mudança no país. E são estas mudanças que passarão a solicitar novas formas de atuação em todas as esferas da vida brasileira – incluídos aí arquitetura e arquitetos.

Ainda é muito cedo para percebermos o grau de novidade histórica que estamos atravessando agora no Brasil. Mas alguns elementos que já afloraram à superfície da sociedade podem nos fornecer algumas indicações. Nos últimos anos, houve um grande crescimento de organizações do Terceiro Setor, voltadas para ações de desenvolvimento social. No campo empresarial, a responsabilidade social entrou definitivamente nas agendas corporativas. Surgiram institutos e fundações, independentes ou ligados a empresas, para financiamento de ações na área social. Na área artística, e muito claramente no cinema, a temática social é a preocupação dos melhores filmes da nova safra de produção nacional. Os governos, em seus três níveis, estão fazendo das políticas sociais, cada vez mais, seus principais projetos de legitimação frente à população – e, nas campanhas, frente ao eleitorado. O que há de comum nisso tudo, e constitui um traço expressivo, é o fato de que a diminuição das desigualdades tornou-se um valor social mais importante e mais visível do que nunca. Levando-se em conta apenas esse dado – ao qual poderíamos ainda agregar as questões da violência, da honestidade, da modernização, entre outros já visíveis no Brasil – percebemos que Lula tornou-se o portador de um conjunto de anseios sociais já presentes na sociedade brasileira (presentes também porque foram progressivamente sendo construídos pela ação de diversas forças políticas e sociais e não por “geração espontânea”).

Outra mudança significativa expressada pela eleição de Lula é o caráter participativo das ações políticas e sociais. Cada vez mais, principalmente na área social, não se montam ações “de cima para baixo”, mas sim com o envolvimento e poder de decisão dos próprios beneficiados. Esse caráter participativo – que, aliás, define em sua essência o grau de democratização de uma sociedade – começou a ser construído já a partir da Constituição de 88, com a criação de diversos conselhos paritários, na área social e na área de saúde, principalmente. A participação, seja direta, seja na forma de conselhos, se dá simultaneamente como poder de decisão e controle social. Ela é o desaguadouro dos movimentos sociais em diversas áreas e o estímulo à participação de cada cidadão em diversas formas. O crescimento dos programas de voluntariado também está ligado a esse impulso participativo.

Parte da produção artística e cultural vai expressar de maneira cada vez mais clara essas transformações que estão ocorrendo. Tal expressão não se dá, no entanto, de forma “mecânica”. Há um tempo necessário para o amadurecimento da expressão cultural e ela não seguirá, em sua totalidade, a mesma direção das transformações sociais. Há diversas complexidades nessa passagem entre sociedade e cultura. Não vamos enveredar por uma reflexão teórica sobre tais relações, nem retomar aqui a questão do relacionamento tradicionalmente considerado entre “infra-estrutura” e “superestrutura”, mas definir, dentro desse quadro geral, algumas questões que podem ser levadas em conta no campo da arquitetura.

## Marketing e autoralidade

Colocando de lado o olhar especializado sobre a arquitetura, numa metrópole como São Paulo, encontramos duas formas extremas de percepção. Elas não representam a totalidade do fazer arquitetônico e não significam uma generalização: por serem manifestações extremas, podem nos ajudar a refletir sobre as questões atuais, sem pretender reduzir toda a arquitetura a essas duas formas puras.

A primeira delas é a arquitetura como marketing. Ela se dá pela construção de “monumentos” imponentes, seja para a venda de unidades habitacionais em edifícios feitos para dar a impressão de “bom gosto”, apelando para a massificação do olhar, seja para exibir a imponência de bancos ou empresas sobre o fundo de uma paisagem de pobreza metropolitana. Em ambos os casos, é uma arquitetura da humilhação. Humilha-se o comprador deslumbrado de um apartamento num edifício feito em “estilo neoclássico”, pois onde ele pensa adquirir uma forma artística, está adquirindo uma fórmula comercial sem valor estético. Humilha-se o passante nas calçadas frente à ostentação das fachadas verticais espelhadas (que refletem, para fora de si, a desolação e a degradação da vida em seu entorno) ou das “caixas fortes” no mais puro estilo Tio Patinhas, grandes cofrinhos que podem ser vistos na avenida Paulista ou, de construção mais recente, na Marginal Pinheiros.

A segunda forma extrema é a autoralidade. São edificações que dialogam com a “obra” do arquiteto e a crítica arquitetônica e trazem, desde o nascimento, a pretensão de se tornar “patrimônio”. Nessas construções, o que importa é a originalidade, o brilho do projeto, as soluções inovadoras do ponto de vista arquitetônico – e, algumas vezes, a repercussão em revistas e publicações especializadas. Parece impertinente a pergunta por seu uso ou função social: são freqüentemente tratadas como “obras de gênio”, retomando o vocabulário romântico para expressar o caráter personalista e autoral da “obra”. E há situação em que nem mesmo pode ser argüida qualquer genialidade: chega-se às raias do desrespeito público impingir formas leguminosas em cores berrantes à paisagem de uma cidade.

Essas duas formas extremas se encontram quando perguntamos sobre a perspectiva social e política a qual elas se relacionam e que, a seu modo, elas expressam: interesse financeiro e autoritarismo. O marketing é, como a autoralidade, um modo de *imposição*: a decisão “soberana” dos interesses do investimento ou da personalidade criativa se impõe sobre qualquer consideração social ou coletiva. Essas decisões são tomadas e têm impacto sobre a vida e o cotidiano de centenas ou milhares de pessoas que são totalmente excluídas de todas as fases do projeto, que elas serão obrigadas a aceitar como parte de sua paisagem, de sua vida, de seu convívio. Os seres humanos ao qual essa arquitetura *in extremis* se destina são elementos abstratos que só aparecem depois na forma de clien-

tes/compradores ou “leigos felizardos” que poderão desfrutar das soluções que o “gênio criativo” julgou ser o melhor para eles.

Lembremos ainda do lugar ocupado por uma certa *não-arquitetura*. Alguns assentamentos criados pelo governador Joaquim Roriz no Distrito Federal, baseados no princípio populista de distribuição de lotes, tornaram-se monstros urbanos. Eles partem do pressuposto de que, para quem é pobre, qualquer coisa é melhor do que nada: pode não haver infra-estrutura, pode não haver condições mínimas de civilidade, pode não haver sustentabilidade econômica, pode não haver um ambiente adequado, pode não haver serviços públicos – afinal, é de graça mesmo. Esse pressuposto, que também está presente em vários programas ditos de “moradia popular”, que geram quarteirões e quarteirões de casinhas minúsculas e idênticas em meio a um descampado periférico, é o outro lado extremo do marketing e da autoralidade: a total ausência da arquitetura e do urbanismo para quem é pobre.

## **Transições**

Os oitos anos de governo FHC e a visão social e política que se manteve hegemônica nesse período – superado e em parte negado agora com a eleição de Lula – deixaram expressões no campo da arquitetura. Foi um longo período de transições e ambigüidades. Uma dessas ambigüidades foi o discurso modernizador e de inclusão social aliado à manutenção ou mesmo agravamento da exclusão social, juntamente com a consolidação da democracia institucional.

Sem qualquer pretensão de julgar a qualidade intrínseca do projeto e sua importância, é interessante notar que uma obra como a reforma do térreo do prédio da Fiesp, na avenida Paulista, corresponde a essa visão. Projetado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, o novo térreo da Fiesp pretende-se um “espaço aberto”. Essa característica “progressista” de franqueamento de espaços e derrubada de barreiras é uma concessão simbólica, discursivamente inclusiva, em meio a uma realidade excludente que provoca aumento de desemprego, marginalização, precedência da lucratividade sobre a vida humana.

Os espaços ali abertos não correspondem a nenhuma abertura real na sociedade, a nenhuma inclusão real, a nenhuma possibilidade de intervenção efetiva na realidade. É, se pudermos dizer assim, o paradigma tucano. Não se trata de apontar nisso algum tipo de má-fé ou de “falsificação” por parte deste arquiteto, cuja importância na própria história da arquitetura é indiscutível, mas tentar compreender algumas sutilezas e complexidades das formas de expressão.

Outra característica do mesmo paradigma está na crescente preocupação de diversos arquitetos em respeitar particularidades históricas e patrimoniais do local em que se instalará o projeto. Já são freqüentes estudos, com maior ou menor

grau de aprofundamento, sobre a história de uma cidade ou de um bairro antes de se projetar, ali, uma determinada edificação – principalmente quando se tratam de obras públicas como bibliotecas, museus ou escolas. Com isso, o arquiteto subordina sua própria criatividade ao respeito às tradições e história locais.

Ao mesmo tempo, no entanto, tais estudos não têm levado em conta as opiniões, desejos e expectativas da população local. Também aqui, embora preocupada em inserir-se na história, a arquitetura impõe uma solução aos destinatários da obra, que devem aceitar como verdade o conhecimento histórico e arquitetônico do autor do projeto. A licitação ou concurso não são suficientes para romper esse círculo de “conhecedores” e socializar as decisões. É o suposto saber de poucos que decide por muitos, em mais um elemento que caracteriza o paradigma tucano – no governo e na arquitetura.

Pode-se evidentemente alegar que esse tipo de processo não é exclusivo do Brasil e que as coisas se passam assim em diversas outras partes do mundo. Mas o que nos interessa aqui é perceber exatamente de que modo tais práticas e concepções estão ligadas a um determinado período histórico do Brasil. E levando em conta que a eleição de Lula é expressão também de um desejo de mudança e afirmação de caminhos próprios para o país – ainda que dentro de todas as limitações impostas pelo mundo globalizado –, torna-se interessante, em vez de justificar tais práticas, refletir sobre a possibilidade ou necessidade de transformá-las.

## **Caminhos?**

É possível pensar a arquitetura tendo como base a inclusão social e o princípio participativo? Existem caminhos para levar a atividade do arquiteto na direção das tendências sociais mais amplas que se manifestam hoje no país e das quais a eleição de Lula é expressão? Essa questão deve ser respondida pelos próprios arquitetos. E a resposta comporta dois níveis: o individual e o coletivo.

Individualmente, trata-se de uma opção política, no sentido mais amplo da palavra, sem conotação partidária. Como em todas as áreas profissionais, cabe a cada arquiteto decidir sua forma de atuação, seus interesses, sua escala de valores. Haverá arquitetos voltados exclusivamente para os interesses de mercado, outros interessados exclusivamente no valor “intrínseco” de sua obra, outros que acreditem que seu saber tem precedência legítima sobre qualquer outro fator. O que se pode pedir, aqui, é reflexão e clareza sobre a opção feita, sem considerações moralistas – pois a discussão é sócio-política, não moral. Haverá também arquitetos que optarão por buscar caminhos inovadores que estejam de acordo com o projeto de fazer do Brasil um país mais justo, menos excludente, mais participativo. E para estes os problemas serão maiores, haverá mais questões a decidir, outras formas de atuação a serem, propriamente, inventadas.

Essa busca de caminhos, a invenção das novas formas, porém, já não se dará de um ponto de vista exclusivamente individual. Esta questão é decisiva: existe um desafio coletivo para os arquitetos, que diz respeito ao lugar que ocupam ou que podem ocupar nos processos de transformação da sociedade. Pelas questões que abordamos até aqui, fica claro que não estamos falando de fazer ou não fazer projetos para um governo petista ou de engajar-se no campo político-partidário. Trata-se de absorver no interior da atividade arquitetônica princípios democratizantes, inclusivos e participativos. Será isso possível? Os poucos aspectos que discutiremos a seguir são tentativas iniciais para uma discussão desse tipo.

Podemos tomar como exemplo dessa direção o novo Plano Diretor da cidade de São Paulo. Ele foi elaborado em um processo de discussão pública, com audiências, debates, ampla cobertura de imprensa, participação de segmentos organizados da sociedade. O vereador que conduziu esse processo, Nabil Bonduki, é, a propósito, arquiteto. Agora, deve-se seguir a Lei de Zoneamento, que esperamos tenha a mesma forma de discussão ampla. É um bom exemplo, mas um exemplo limitado. Afinal, trata-se da elaboração de uma lei, no âmbito do parlamento municipal, envolvendo explicitamente diversos interesses que se fizeram ouvir.

Uma direção inicial a ser pensada a partir disso, no entanto, é a intervenção pública do saber arquitetônico no debate social. Há instâncias organizadas dos arquitetos para participar de discussões públicas a respeito de planos, projetos, questões urbanas e de qualidade de vida? Ou tais estruturadas estão enfraquecidas ou restritas a questões corporativistas? Qual a representatividade e a efetiva capacidade de atuação ampla de entidades como o CREA e o IAB? Os arquitetos dispõem hoje de espaços para debate, reflexão e proposição organizada, ou encontram-se dispersos em seus escritórios e atividades? Entrar organizadamente no debate público significa instaurar um diálogo com a sociedade e os outros campos do saber. É um passo inicial, democratizante, para o qual muitas vezes os profissionais não têm tempo ou disposição – e um dos argumentos é que muitas vezes isso não leva a nada. A diferença é que este momento de valorização participativa na sociedade aumenta a possibilidade de resultados efetivos desse tipo de discussão e intervenção pública.

Uma questão mais desafiante está na forma de elaboração dos projetos. Eles podem ter uma sistemática e um foco participativo e inclusivo? Como encontrar o equilíbrio entre a participação e a inclusão, por um lado, e a atividade específica de competência arquitetônica, por outro? Em projetos e obras públicos, a adoção de audiências públicas, pesquisas de opinião, debates com entidades organizadas, são iniciativas nessa direção. Ouvir a população e organizar o debate em torno de obras que terão impacto para a comunidade são ações totalmente possíveis e mesmo desejáveis.

Ocorre que muitas obras particulares também causam impacto coletivo. É legítimo nesse caso pretender a participação da sociedade? Ora, podemos aqui fazer um paralelo com as exigências existentes para o meio ambiente. Independentemente do caráter público ou privado, determinadas obras exigem a elaboração de relatórios de impacto ambiental e, mais recentemente, de impacto social. Cabe perguntar se um projeto arquitetônico, independentemente de seu caráter público ou privado, não deve também ser avaliado publicamente em razão de seu impacto coletivo. Seria preciso criar as formas e os critérios dessa avaliação, pública e participativa, sem cair num mero emaranhado legalista-normativo.

É claro que, para esse tipo de avaliação e discussão pública, espera-se que a população interessada tenha algum conhecimento das questões envolvidas num projeto arquitetônico e seus impactos. Isso quer dizer que o saber da arquitetura precisa ser socializado. Isso se dá pela própria prática da discussão, mas também pela difusão de artigos, entrevistas, livros de divulgação, palestras. Os arquitetos têm feito isso? Há, coletivamente, uma preocupação da arquitetura brasileira em tornar-se elemento da formação cultural média da população? Um pouco de iluminismo aqui não faria mal: o conhecimento e a cultura arquitetônica por parte de parcelas cada vez maiores da sociedade é que permitirão, por exemplo, progressivamente recusar as fórmulas comerciais em favor de formas arquitetônicas.

Uma outra vertente da preocupação social e participativa diz respeito às técnicas construtivas propriamente ditas. Como observa Mario Biselli, a construção civil precisa caminhar na direção da industrialização dos componentes, superando os métodos tradicionais da alvenaria. Essa modernização, além de diminuir o imenso desperdício de materiais, provoca uma elevação da qualidade e da produtividade do trabalho empregado na construção civil. A transformação progressiva de postos de trabalho da construção civil em postos de trabalho industriais implica uma mudança profunda – para melhor – na forma de vida de parcelas da classe trabalhadora. E traz problemas novos: exigência de maior qualificação de mão de obra, diminuição de postos de trabalho, reformulação dos métodos construtivos. Planejar essa transição, que depende de vários fatores econômicos e financeiros, é tarefa em grande parte para arquitetos.

A mesma preocupação técnica/tecnológica é um elemento importante para pensar e desenvolver projetos voltados aos mais pobres, ao mesmo tempo com qualidade alta e preço baixo. Isso é fundamental para programas públicos de moradia, mas também para a inclusão “arquitetônica” de quem hoje nem sonha em ter acesso a serviços de arquitetura. Como pensar uma arquitetura social e popular? Como viabilizá-la economicamente, fugindo do populismo de coisas pobres para gente pobre?

Esse pequeno apanhado de questões, que apresentamos na forma de perguntas, serve para indicar alguns horizontes que estão implicados neste momento de re-

formulação do país. A arquitetura tem um lugar nesse processo, mas pode ocupá-lo ou deixar que permaneça vago. Certamente há, nessa direção, muitas outras questões e problemas que os arquitetos identificarão dentro de sua área de atuação. Mas para isso será preciso abrir-se ao diálogo e à participação, olhando o país e a sociedade como um grande projeto a ser concebido, elaborado e realizado coletivamente.